

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2020

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL DAS ANTAS

MORADA: Avenida Fernão Magalhães, 1875

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Bonfim

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4350-171

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: _____

ASSINATURAS:

CENTRO SOCIAL DAS ANTAS

Contribuinte : 506452905

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	9 157,59	11 840,49
Investimentos financeiros	11.1	909,67	861,78
		10 066,80	12 702,27
Ativo corrente			
Inventários	6	769,55	0,00
Créditos a receber	11.2	2 531,49	1 310,73
Estado e outros entes publicos	11.8	1 403,37	689,13
Diferimentos	11.4	1 308,40	1 126,59
Outros ativos correntes	11.3	2 062,04	0,00
Caixa e depósitos bancários	11.5	11 229,28	9 945,89
		19 304,13	13 072,34
Total do Ativo		29 370,93	25 774,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.6	-40 846,46	-32 370,89
		-40 846,46	-32 370,89
Resultado líquido do período		4 126,53	-8 475,57
Total dos fundos patrimoniais		-36 720,39	-40 846,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	0,00	1 559,67
		0,00	1 559,67
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	5 604,41	5 704,37
Estado e outros entes publicos	11.8	2 422,85	2 862,94
Financiamentos obtidos	5	1 743,40	2 858,04
Outros passivos correntes	11.9	56 320,66	53 636,05
		66 091,32	65 061,40
Total do Passivo		66 091,32	66 621,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		29 370,93	25 774,61

A Direção

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	7	79 210,98	82 176,71
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.10	144 756,22	99 478,84
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-40 215,86	-42 505,62
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-39 201,19	-36 095,50
Gastos com o pessoal	9	-132 843,04	-128 865,83
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	-2 017,88	0,00
Aumentos / reduções justo valor	11.12	0,46	0,00
Outros rendimentos	11.13	1 559,56	26 923,87
Outros gastos	11.14	-2 475,23	-1 357,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 774,02	-245,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-4 520,52	-7 913,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 253,50	-8 158,74
Juros e gastos similares suportados	5	-126,97	-316,83
Resultados antes de impostos		4 126,53	-8 475,57
Resultado líquido do período		4 126,53	-8 475,57

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL DAS ANTAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 506452905

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Convívio	Centro de Dia	SAD	Gabinete Apoio Social	Adaptar Social+	PERÍODOS	
							2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	4 645,18	33 514,81	29 985,50	11 065,49	0,00	79 210,98	82 176,71
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 / 9	-11 191,46	-67 523,06	-82 569,06	-11 775,32	0,00	-173 058,90	-171 371,45
Resultado Bruto		-6 546,28	-34 008,25	-52 583,56	-709,83	0,00	-93 847,92	-89 194,74
ISS, IP - Centro Distrital Porto		7 075,20	51 613,92	51 237,00	0,00	6 004,04	115 930,16	89 097,48
Outros Rendimentos		1 111,77	4 822,16	3 423,77	21 028,37	0,00	30 386,07	37 305,23
Gastos administrativos		-4 934,70	-17 774,26	-11 316,11	-5 765,16	-7 505,06	-47 295,29	-44 008,85
Outros Gastos		-306,51	-306,51	-306,50	0,00	0,00	-919,52	-1 357,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 600,52	4 347,06	-9 545,40	14 553,38	-1 501,02	4 253,50	-8 158,74
Gastos de financiamento (líquidos)	5	0,00	-44,44	-57,14	-25,39	0,00	-126,97	-316,83
Resultado antes de impostos		-3 600,52	4 302,62	-9 602,54	14 527,99	-1 501,02	4 126,53	-8 475,57
Resultado líquido do período		-3 600,52	4 302,62	-9 602,54	14 527,99	-1 501,02	4 126,53	-8 475,57

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL DAS ANTAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		76 679,49	82 176,71
Pagamentos a fornecedores		-75 470,44	-76 627,01
Pagamentos ao pessoal		-89 301,37	-128 955,55
Caixa gerada pelas operações		-88 092,32	-123 405,85
Outros recebimentos/pagamentos		76 153,60	132 203,98
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-11 938,72	8 798,13
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-918,80	0,00
Investimentos financeiros		-147,92	0,00
Outros ativos		0,00	-1,97
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		93,45	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-973,27	-1,97
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		17 227,90	0,00
Outras operações de financiamentos		6 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 905,55	0,00
Juros e gastos similares		-126,97	0,00
Outras operações de financiamento		-6 000,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		14 195,38	-3 030,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 283,39	5 765,71
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 945,89	4 180,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.5	11 229,28	9 945,89

A Direcção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL DAS ANTAS
Anexo às Demonstrações Financeiras
2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Empréstimos Obtidos	11
6	Inventários	12
7	Rédito	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados.....	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Créditos a receber	15
11.3	Outros Ativos Correntes.....	15
11.4	Diferimentos	16
11.6	Fundos Patrimoniais	16
11.7	Fornecedores.....	16
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	17
11.9	Outros Passivos Correntes	17
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.11	Fornecimentos e serviços externos.....	18
11.12	Aumentos / reduções justo valor	18
11.13	Outros rendimentos	18
11.14	Outros gastos	18
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	19
11.16	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

O Centro Social das Antas é uma associação pública de fiéis, também constituída em Instituição Particular de Solidariedade Social, criada por iniciativa da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo António das Antas e ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese do Porto, em 2003. Com sede na Avenida Fernão Magalhães nº1875, na freguesia do Bonfim, concelho e distrito do Porto.

O Centro Social das Antas propõe-se através da sua ação social contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, podendo colaborar com os serviços públicos competentes ou as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

Tem como valores:

- a) O conceito unitário e global da pessoa humana e respeito pela sua dignidade;
- b) O conceito cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos;
- c) O espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo do trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agregados e da comunidade paroquial;
- d) Sendo um serviço da paróquia como comunidade cristã, devendo, assim, proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.

Tendo presentes estes valores e os objetivos a que se propõem, o Centro Social das Antas mantém as seguintes atividades:

- a) Centro de Convívio para idosos e carenciados;
- b) Centro de Dia para idosos carenciados;
- c) Serviço de Apoio Domiciliário, e;
- d) Gabinete de Apoio Social.

Na medida em que seja aconselhável e os meios o permitam o Centro Social das Antas pode ainda exercer outras atividades culturais, educativas, recreativas, de saúde e assistência a comunidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março

alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou

financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	4 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil.

No caso do Centro Social das Antas, não existem “Ativos Intangíveis” a registar.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das

Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

3.2.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Edifícios e Outras Construções	26 734,67			600,00	27 334,67
Equipamento Básico	3 687,09	1 837,62		587,23	6 111,94
Equipamento de Transporte	41 274,64				41 274,64
Equipamento Administrativo	8 856,07			1 734,08	10 590,15
Outros	2 921,31				2 921,31
Activo Tangível Bruto	83 473,78	1 837,62	0,00	2 921,31	88 232,71
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	18 033,57	145,30		600,00	18 778,87
Equipamento Básico	3 271,95	1 650,97		587,23	5 510,15
Equipamento de Transporte	38 550,39	2 724,25			41 274,64
Equipamento Administrativo	8 856,07			1 734,08	10 590,15
Outros	2 921,31				2 921,31
Depreciações Acumuladas	71 633,29	4 520,52	0,00	2 921,31	79 075,12
Activo Tangível Líquido	11 840,49	-2 682,90	0,00	0,00	9 157,59

5 Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica financiamentos apresenta a seguinte composição, relativa à locação financeira:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	1.743,40	0,00	1.743,40	2.858,04	1.559,67	4.417,71
Total	1.743,40	0,00	1.743,40	2.858,04	1.559,67	4.417,71

Foi efetuada a transferência para passivo corrente, de acordo com o plano de pagamento da Instituição Financeira, sendo que o término do contrato de locação financeira será em 2021.

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2020			2019		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Locação financeira	2.674,31	126,97	2.801,28			4.417,71
Total	2.674,31	126,97	2.801,28			4.417,71

Relativamente aos Gastos de Financiamento reconhecidos durante o período de 2020, foram registados juros no montante de 126,97€ anuais.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	769,55	0,00
Total	769,55	0,00

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2020	2019
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	0,00	0,00
Compras	32.961,78	42.505,62
Doações	8.023,63	0,00
Saldo Final	769,55	0,00
Gastos do Período	40.215,86	42.505,62

7 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Prestação de Serviços	79.210,98	82.176,71
Quotas do Utilizadores	79.210,98	82.176,71
Outros Rendimentos e Ganhos	132,80	2.002,31
Rendimentos suplementares	132,80	2.002,31
Total	79.343,78	84.179,02

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020				2019		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			109.926,12			99.478,84
Adaptar Social +	Não Reembolsável			6.004,04			0,00
IEFP	Não Reembolsável			2.912,61			0,00
Junta de Freguesia do Bonfim	Não Reembolsável			350,00			0,00
Total		0,00	0,00	119.192,77	0,00	0,00	99.478,84

9 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais são compostos por 10 elementos, ou seja, fazem parte da Direção 7 e do Conselho Fiscal 3. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2020 e 2019.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 e 2019 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	107.508,90	103.728,93
Encargos sobre as Remunerações	23.418,49	23.136,36
Seguros de Acidentes no Trabalho	1.780,65	1.470,95
Outros Gastos com o Pessoal	135,00	529,59
Total	132.843,04	128.865,83

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2020 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	Nº horas anuais
8	Apoio no refeitório e acompanhamento de utentes	1.050

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Outros investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	345,34	297,45
FRSS	564,33	564,33
Total	909,67	861,78

11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Utentes c/c		
Utentes – Centro de Convívio	314,22	0,00
Utentes – Centro de Dia	2.100,93	0,00
Utentes – Serviço Apoio Domiciliário	0,00	0,00
Utentes – Gabinete de Apoio Social	116,34	0,00
Total	2.531,49	1.310,73

Para o período de 2020 na rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Utentes c/c		
Utentes	4.549,37	1.310,73
Perdas por imparidade	-2.017,88	0,00
Total	2.531,49	1.310,73

Em 2020 foi registado em “Perdas por imparidade”:

Descrição	2020
Dividas receber utentes	2.017,88
Total	2.017,88

11.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Entidades setor público administrativo	2.062,62	0,00
ISS, IP	2.062,62	0,00
Outros devedores	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	2.062,62	0,00

O saldo de 2.062,62€ a receber do ISS, IP refere-se ao valor remanescente do Programa Adaptar Social +, Projeto nº01/Cdist_Porto/7972/2020, ainda não recebido à data do balanço.

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguro Automóvel	825,59	0,00
Seguros Outros	482,81	1.126,59
Total	1.308,40	1.126,59

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	28,06	1.143,74
Depósitos à Ordem	1.701,22	1.302,15
Depósitos a Prazo	9.500,00	7.500,00
Total	11.229,28	9.945,89

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Social	0,00			0,00
Resultados Transitados	-32.370,89		8.475,89	-40.846,46
Total	-32.370,89	0,00	8.475,89	-40.846,46

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c		
Fornecedores	5.604,41	5.704,37
Total	5.604,41	5.704,37

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IVA - A Recuperar	1.403,37	689,13
Total	1.403,37	689,13
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	392,00	385,00
Segurança Social	2.018,15	2.477,94
Outras (FGCT)	12,70	0,00
Total	2.422,85	2.862,94

11.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Pessoal		
Remunerações a pagar	0,05	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos		
Remunerações a Liquidar	19.815,05	18.116,45
Acréscimo de gastos	985,96	
Fábrica da Igreja Paroquia Sto. António das Antas	35.519,60	35.519,60
Total	56.320,66	53.636,05

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	119.192,77	99.478,84
Donativos	25.563,45	0,00
Total	144.756,22	99.478,84

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos		
Serviços especializados	9.723,69	11.403,96
Materiais	8.690,30	1.771,16
Energia e fluídos	12.856,92	14.090,72
Deslocações, estadas e transportes	50,86	100,89
Serviços diversos	7.471,42	8.728,77
Encargos com Utentes	408,00	0,00
Total	39.201,19	36.095,50

11.12 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2020 e 2019 os ganhos de “justo valor” nos seguintes instrumento financeiro:

Descrição	2020	2019
FCT – Fundo de Compensação Trabalho	0,46	0,00
Total	0,46	0,00

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	139,44	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	1.420,12	26.923,87
Total	1.559,56	26.823,87

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	0,00	169,59
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	1,81
Dívidas incobráveis utentes	1.555,70	0,00
Quotizações	96,00	96,00
Outros Gastos	823,53	1.090,46
Total	2.475,23	1.357,86

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2020, foi o seguinte:

- Centro de Convívio – 9
- Centro de Dia – 22
- Serviço de Apoio Domiciliário – 15
- Gabinete de Apoio Social - 10

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro 2020

O Contabilista Certificado



A Direção

